PAUTA
PARA A 89ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 22 DE JUNHO DE 2016

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 517, de 2016, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dá a denominação de "Massamichi Yamamoto" ao trevo localizado no km 624 da Rodovia Feliciano Salles da Cunha - SP 310, em Pereira Barreto.

2 - Projeto de lei nº 518, de 2016, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dá a denominação de "Takeshi Kubo" ao trevo localizado no km 622 da Rodovia Feliciano Salles da Cunha - SP 310, em Pereira Barreto.

3 - Projeto de lei nº 519, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 12.685, de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

4 - Projeto de lei nº 520, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Cria, em caráter permanente, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, a "Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saude-CROSS" e dá outras providencias.

5 - Moção nº 44, de 2016, de autoria do deputado Léo Oliveira. Aplaude a Realização da Etapa Paulista da InterCorte - Exposição Tecnológica da Cadeia Produtiva da Carne, pela relevante contribuição desse evento para a economia do Estado e para a qualidade de vida da população.

2ª Sessão

Projeto de lei nº 516, de 2016, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dá a denominação de "Professor João Segura" ao Centro Estadual de Educação de

Jovens e Adultos - CEEJA em Penápolis.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 20, de 2016, de autoria da Mesa. Dispõe sobre o reenquadramento de cargos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa - QSAL.

2 - Projeto de lei nº 513, de 2016, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Declara de utilidade púbica a "Associação dos Deficientes Visuais - ADV Olhando por quem precisa" , em São Roque.

3 - Projeto de lei nº 514, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana Estadual de Promoção da Saúde Vascular" no Estado de São Paulo.

4 - Projeto de lei nº 515, de 2016, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dá a denominação de "Guido Guazzelli" ao viaduto localizado no km 58 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em São Roque.

5 - Moção nº 42, de 2016, de autoria do deputado Milton Vieira. Apela para o Srs. Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública a fim de que determinem a imediata nomeação dos candidatos aprovados no concurso público DP1/13, para provimento dos cargos de Delegado de Polícia do Estado de São Paulo.

6 - Moção nº 43, de 2016, de autoria da Comissão de Educação e Cultura. Protesta contra a atitude da Diretora da Escola Estadual "René de Oliveira Barbosa", localizada no Município de Arujá/SP, que se negou a receber o Vereador Rogério Gonçalves Pereira para discutir problemas pertinentes à comunidade escolar.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 511, de 2016, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Acrescenta dispositivo à Lei 15.692, de 2015, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros, no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, na forma que especifica.

2 - Projeto de lei nº 512, de 2016, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Introduz alterações na Lei 15.179, de 2013, que garante às pessoas idosas, maiores de 60 anos, gratuidade no serviço intermunicipal de transporte

coletivo de passageiros de característica rodoviária convencional, e dá outras providências correlatas.

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 10, de 2016, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a publicação e divulgação digital de material de cunho informativo no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 506, de 2016, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui a "Semana Estadual do Lixo Zero".

3 - Projeto de lei nº 507, de 2016, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a substituição de lâmpadas e luminárias nos prédios da administração direta, indireta e fundacional do Estado.

4 - Projeto de lei nº 508, de 2016, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a impressão em papel de material de cunho informativo ou promocional dos órgãos da administração direta, indireta e fundacional do Estado.

5 - Projeto de lei nº 509, de 2016, de autoria do deputado André do Prado. Institui campanhas periódicas de esclarecimento sobre doenças neuromusculares e de humanização do tratamento médico-hospitalar e da assistência social prestados às pessoas acometidas por tais enfermidades.

6 - Projeto de lei nº 510, de 2016, de autoria do deputado Gileno Gomes. Estabelece a gratuidade na cobrança por vagas em estacionamentos existentes em Hospitais Públicos do Estado.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 1369, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos.Parecer nº 912, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Moção nº 17, de 2016, de autoria do deputado Igor Soares. Aplaude os munícipes e cidadãos Sra. Mirian Antunes Pires e Sr. Elias Germano Pires, moradores do município de Itapevi, pelo profícuo trabalho voluntário e dedicação desprendidos no auxílio às vítimas da enchente ocorrida no ultimo dia 11/03/2016 naquele Município.

2 - Moção nº 24, de 2016, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de lei nº 1775, de 2015, que dispõe sobre o Registro Civil Nacional - RCN e dá outras providências, seja rejeitado.